

Ditadura, para que te quero?

Os golpes de Estado e as intervenções militares na política parecem estar de regresso: agora, com estrondo e violência, na Birmânia.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 7 de abril de 2021

Golpes de Estado e ditaduras militares não são de uso corrente para quem quer derrubar as democracias nos dias de hoje. O método mais frequente não é o colapso violento pela força das armas, mas a erosão suave das instituições democráticas em que os populistas se especializaram. E, no entanto, os golpes de Estado e as intervenções militares na política parecem estar de regresso: no Egipto, em 2013; na Tailândia, em 2014; no Zimbabwe, em 2017; no Sudão, em 2019; no Mali, em 2020; e agora, com estrondo e violência, na Birmânia (Myanmar).

O que aconteceu ao certo? É simples: na sequência da vitória eleitoral da Liga Nacional para a Democracia (LND), o maior partido do país, liderado pelo prémio Nobel, Aung San Suu Kyi e sob o alegado pretexto de fraude eleitoral, os militares decretaram o estado de emergência por um ano e detiveram sob prisão domiciliária o Presidente, dezenas de parlamentares e a própria Suu Kyi. Isto é, suspenderam a democracia.

O golpe uniu as sempre divididas minorias étnicas e o protesto popular tomou conta das ruas. A repressão foi brutal: primeiro com balas de borracha, depois com fogo real; e, para impedir a mobilização social, com a intercepção das comunicações telefónicas e o bloqueio da Internet. O balanço é trágico: centenas de prisões, milhares de feridos e mais de quinhentos mortos.

Na Birmânia, os militares não são como nos outros países. São uma casta. Composta quase exclusivamente pela maioria budista e pela etnia bamar, funciona como um Estado dentro de outro Estado. Dominam sobre todas as outras religiões e etnias e, de forma directa ou indirecta, estão no poder desde 1962. Em 1988, face aos protestos populares, respondem com um golpe de Estado, mas prometem eleições livres e justas. Mas as eleições, em 1990, não dão os resultados que esperavam. Suu Kyi e o seu novo partido (LND) ganham com maioria absoluta. Os militares reforçam a lei marcial, assumem directamente o poder e remetem Suu Kyi à prisão domiciliária. Por lá fica durante quase duas décadas.

Em 2008, decidem mudar de estratégia. Redigem uma nova Constituição que institui uma democracia, mas sob tutela militar. Os militares reservam para si três ministérios-chave: Defesa, Interior e Fronteiras, ou seja, controle das minorias. Apenas 75% do parlamento vai a votos, porque os outros 25% dos deputados são designados pelos militares. Ora, como as mudanças constitucionais e políticas importantes exigem maioria de 75%, isto significa que têm um direito de veto sobre o regime. É uma democracia tutelada. Permitem eleições pluripartidárias e fundam eles próprios um partido que acreditavam seria dominante: o Partido União Solidariedade e

Desenvolvimento (PUSD). Enganaram-se redondamente. O partido dos militares foi derrotado nas eleições de 2012 e 2015 e teve de partilhar o poder com o partido de Suu Kyi. A coabitação não foi fácil, mas funcionou. Quando, em 2015, se [declara a crise dos rohingyas](#), a prémio Nobel chegou a defender internacionalmente as posições dos militares. Custou-lhe [em reputação internacional](#) o que terá ganho em força interna.

Se as democracias ocidentais nada fizerem, em Myanmar, estarão a encorajar os futuros tiranos e a enfraquecer a democracia

Mas então, se os militares tutelam a democracia, controlam o regime, a coexistência funcionou e, ainda por cima, Suu Kyi dá a cara por eles, porquê outro golpe e porquê outra vez a ditadura? Por duas razões. Primeiro porque, dizem os cientistas políticos que estudam as democratizações conduzidas por militares (Darin Self), estes só aceitam completar o processo democrático quando têm um partido forte e eleitoralmente dominante em quem confiem. Ora o PUSD foi um fracasso e não confiam na LND. Receiam perder o controle do processo e que a Constituição não seja suficiente para lhes garantir o poder. Segundo, porque [o general Min Aung Hlaing](#) comandante em chefe das forças armadas, está acusado de crimes de corrupção e genocídio. Pela Constituição, terá que deixar o cargo em breve. Mas fora do poder ficará vulnerável.

A tragédia nacional é grande. E a comunidade internacional? Pode fazer alguma coisa? Pode e deve: não reconhecer o regime militar; reconhecer os resultados eleitorais; sanções não contra o país, mas contra os responsáveis militares; embargo de armas; ajuda humanitária não através do regime, mas directamente às minorias afectadas.

Durante a era Trump, os EUA e as democracias ocidentais fizeram pouco para promover a democracia e nada para evitar as ditaduras. Se nada fizerem, na Birmânia, estarão a encorajar os futuros tiranos e a enfraquecer a democracia.

<https://www.publico.pt/2021/04/07/opiniao/opiniao/ditadura-quero-1957379>